

## **“OPERAÇÃO MÃOS LIMPAS” SENADO FEDERAL**

**EDSON CARVALHO VIDIGAL**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

O SR. EDSON VIDIGAL – Sr. Presidente, eminente Senador Bernardo Cabral, eminente Senador Pedro Simon, que tem destacada atuação, no Congresso Nacional, pois traz, ao nível desta Casa, debates sobre questões importantes para o tempo que estamos vivendo. Saúdo a todos, bem como ao Dr. Piercamillo Davigo, ao Dr. Paulo Ielo, ao Sr. Ministro-Chefe do Gabinete Militar.

É muito importante que estejamos reunidos, nesta manhã, preocupando-nos com os rumos que tem tomado o nosso País, mas aproveito a deferência do Presidente da Mesa, Senador Bernardo Cabral, para fazer breves reflexões.

Sucessivamente, temos testemunhado situações extremamente deploráveis, do ponto de vista da moral vigente em nosso País. E essas situações, quase sempre, deságuam no Congresso Nacional, onde se instauram as Comissões Parlamentares de Inquérito, que, segundo julgam, não dão em nada. Inclusive, já se cunhou uma expressão para tornar pequeno o trabalho dessas comissões: “tudo acaba em pizza”.

Na verdade, os exemplos que temos observado nos outros países, em especial na Itália, em relação a essa tão bem-sucedida “Operação Mãos Limpas”, servem para nos manter animados. No estado de direito democrático, com instituições democráticas fortes, é possível, sim, dar combate eficaz aos maus exemplos, às más condutas. Portanto, ações que possam produzir resultados a favor da sociedade.

No nosso caso, ainda estamos um tanto aquém desse estágio, em razão das nossas instituições. Estamos, ainda, na etapa que o Dr.

Tancredo Neves chamava de “a remoção dos destroços do monstro”. E estamos nela, há muito anos, visto que, há mais de uma década, o País saiu de um regime de exceção. Contudo, a construção da democracia não pode ser feita da noite para o dia.

As reformas, que se transformaram em um estandarte dos mais diversos segmentos da sociedade – que se lançam em cobrança ao Congresso Nacional, às nossas elites políticas -, também não podem ser resultado da vontade de quem imagina, no papel e no lápis, produzir leis que possam ser assimiladas, pela sociedade, da noite para o dia.

Registro isso, para lhes dizer que o nosso sistema processual penal – que é mais antigo do que minha idade, tem mais de 50 anos – e, na prática, de uma época em que o País era menor, em que as instituições possuíam força. Fora as instituições políticas e as estatais, a sociedade possuía os seus próprios limites: Eram a família, a escola, a igreja. No que sobrava, o Estado intervinha, por meio do ordenamento jurídico.

Há algumas décadas, no Brasil, um ilustre brasileiro, conterrâneo do Senador Pedro Simon, deflagrou uma campanha chamada “campanha das mãos limpas” e que, com este slogan, sinalizava a necessidade, já naquele tempo, de moralidade na vida pública. Ele candidatou-se à Vice-Presidência da República e foi, fragorosamente, derrotado. Lembro-me de que a cultura política vigente, naquele tempo, não era muito diferente da cultura política vigente, ainda, no nosso tempo: de que candidato com as mãos limpas mas com os bolsos vazios – por conseguinte, sem nada ter a oferecer aos seus eleitores, aos seus cabos eleitorais -, não haveria de prosperar.

Então, um registro desse serve para que não nos esqueçamos de que tudo isso que se procura chamar de impunidade, em decorrência da omissão dos poderes públicos, dos agentes dos poderes públicos, é porque ainda estamos a viver a grande tarefa da reconstrução das nossas instituições para que possamos adequá-las.

Na Itália, tivemos o registro de mais de 4 mil processos e algo em torno de 2 mil denunciados, depois culpados, condenados à cadeia, porque não há vagas nos presídios.

Em São Paulo, que é uma amostragem do Brasil, mais de 40 mil mandados de prisão não são cumpridos, não porque a Justiça não tenha sentenciado, são mandados de prisão em razão de sentenças condenatórias, mas que não se efetivam porque o nosso sistema previdenciário também está a carecer de reformulações. O nosso sistema processual penal, também. Enfim, não estamos aqui para registrar lamúrias, mas é importante que tenhamos a consciência das nossas deficiências, das nossas dificuldades.

Mas, não é porque o sistema processual carece de reformas e, enquanto não se reforma o Ministério Público e o Poder Judiciário, que não se terá resposta a oferecer. Imagino que essa nossa operação aqui tem de ser mesmo um mutirão de todos os Poderes, na forma proposta pelo Senador Pedro Simon, já há alguns anos, e ainda em andamento.

Não me foi possível, até pela falta literal de papel à mesa, fazer anotações por escrito. Elas foram feitas mentalmente. Desejo, apenas, saudar esta iniciativa, dar os parabéns àqueles que estão à frente dela, porque vejo nisso a afirmação de um compromisso de todos nós, homens públicos deste País.

Temos as Comissões Parlamentares de Inquéritos. Depois, temos o inquérito realizado pelo Ministério Público, o inquérito policial – como disse o Senador Simon – antes de se chegar à ação penal. Passamos por três inquéritos, e isso é muita perda de tempo. No Superior Tribunal de Justiça, ainda tramitam, autuados como inquérito, já com quase 1,60m de altura, processos resultantes de Comissões Parlamentares de Inquérito do Congresso Nacional, que tiveram a maior repercussão no País. No entanto, ora o Ministério Público não está suficientemente aparelhado para dar andamento a essas investigações,

ora as questões, colocadas do ponto de vista processual, exigem diligências. E, há necessidade da afirmação do princípio constitucional da ampla defesa. Ora, impõem-se tantas procrastinações que vejo as coisas caminhando para algumas prescrições. Vejo caminhando, enfim, para a apuração final apenas de delitos de menor gravidade. Já se pode concluir, como alguns casos na Itália, que a pena é o próprio processo a que o acusado responde e não aquela resultante da sentença condenatória final.

Sei que já me estou alongando, mas – com essas palavras sem compromissos mentais prévios, sem elaborações de antemão – desejo apenas registrar que a “Operação Mãos Limpas”, no Brasil, há que ser concomitante com um mutirão de consciências limpas, como a de todos os brasileiros comprometidos com a afirmação do estado de direito democrático e, portanto, com uma sociedade mais justa, uma sociedade em que as desigualdades sejam reduzidas, cada vez mais. E, aí sim, Judiciário e Legislativo têm, antes – como têm agora e terão muito mais – responsabilidades imensas, na afirmação desses direitos.

Agradeço a oportunidade que me concedeu o Presidente, Senador Bernardo Cabral (Palmas.)